



# PPCS

Plano para Produção e Consumo Sustentáveis

## PPCS 2030 Alinhar pra chegar lá!

Pablo de Avila Saldo  
Analista Ambiental  
DPCS/SAIC/MMA

 **OBJETIVOS**  **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### OBJETIVO GLOBAL #12

Assegurar padrões  
de produção e de  
consumo sustentáveis



# POR QUE ESTAMOS aqui?



# POR QUE ESTAMOS aqui?





## MISSÃO

**Fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no País**, voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, **consoante com as políticas nacionais** visando à erradicação da miséria, a redução de emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento sustentável **e com os compromissos internacionais** assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh.

A contribuição crucial do PPCS está em promover **mudanças verificáveis nos padrões de produção e consumo**. Essas mudanças, por sua vez, devem estar relacionadas à **“descarbonização” da economia e ao uso responsável dos recursos naturais**.

O estabelecimento de um processo de PCS no País tem como ***objetivo primordial*** fomentar dinâmicas e ações no presente e também no médio e no longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira. O resultado que se espera desse processo é a **melhora contínua da qualidade de vida** da população e a **proteção ambiental**, por meio de práticas de produção e consumo que respeitem a capacidade de suporte do Planeta, no presente e no futuro. Esses **resultados devem ser verificáveis e aperfeiçoados** ao longo da implementação do Plano.

### ***Objetivos gerais***

- 1. Fomentar** no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;
- 2. Integrar** a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

***Objetivo específico:*** Fornecer as diretrizes básicas, eleger as prioridades e estabelecer um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, de modo a efetivar a sua missão.

## **PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PPCS**

Dada sua natureza transversal, os princípios do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS são compatíveis com aqueles expressos em políticas nacionais estruturantes e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, voltados para temas afins como erradicação da miséria, proteção climática, gestão de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, combate à desertificação e proteção da biodiversidade, entre outros. Este Plano, portanto, norteia-se pelos seguintes princípios:

**Do desenvolvimento sustentável**, no qual a proteção ambiental é parte integrante do processo produtivo e de consumo, permitindo qualidade de vida para todos os cidadãos e atendendo equitativamente as necessidades das gerações presentes e futuras;

**Da responsabilidade compartilhada**, na qual cada cidadão deve contribuir de forma proativa para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade dos ecossistemas e quando cada segmento da sociedade assume a responsabilidade que lhe cabe no uso e gestão dos bens comuns;

**Da liderança governamental por meio do exemplo**, no provimento dos serviços essenciais com qualidade, na proteção do meio ambiente como patrimônio público e na gestão ética e eficiente dos recursos e bens comuns;

## **PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PPCS**

**Da precaução**, pelo qual a ausência de certeza científica não pode ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes para prevenir a degradação ambiental quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis;

**Da prevenção**, que consiste na adoção de medidas e políticas públicas capazes de mitigar impactos socioambientais conhecidos;

**Da participação da sociedade civil** nos processos consultivos e deliberativos, com transparência e amplo acesso à informação;

**Da cooperação**, nacional e internacional, entre Estados, entidades e cidadãos de boa fé rumo ao desenvolvimento sustentável que garanta a qualidade de vida a todos os seres humanos, em harmonia com outros seres vivos no Planeta;

**Da educação ambiental**, para capacitar a sociedade no sentido de proteger o bem comum para a presente e as futuras gerações, incentivando a busca e a disseminação do conhecimento, a implantação de tecnologias orientadas para uso eficiente de recursos naturais e a proteção da Natureza.

## DIRETRIZES PARA O PPCS

- As ações que focuem o sistema produtivo em si, tanto quanto o sistema institucional-regulatório que o sustenta: infraestrutura, tecnologia, instrumentos econômicos e regulatórios. O sistema produtivo, assim como o institucional-regulatório, é composto essencialmente pelas empresas, organizações dos trabalhadores e governos e já conta com uma série de conceitos e instrumentos para ação prática – como ecoeficiência, produção mais limpa, normas técnicas (como a série ISO e as da ABNT) – e legislação específica (como a Política Nacional de Meio Ambiente e as Resoluções do CONAMA);
- Observar os impactos sobre o mercado de trabalho. Algumas das ações propostas aqui podem acarretar a redução de certo número de empregos atualmente ofertados na nossa economia. Em contrapartida, pode-se prever desde já a geração de um número bem maior de postos de trabalho em atividades como a reciclagem de resíduos, a construção sustentável e a agropecuária de baixo carbono entre outras, mais intensivas em mão de obra. A escolha das ações a serem adotadas deverá levar em conta o potencial de geração de empregos das diversas atividades econômicas, sempre que possível privilegiando aquelas que demandem mais mão de obra. Além disso, buscará favorecer a criação de ocupações de qualidade que possam atender aos requisitos da definição de “empregos verdes” da OIT;
- As ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional visando a mudança de comportamento. O sistema cultural é composto essencialmente pelos próprios indivíduos/consumidores e pelas instituições e instrumentos que os influenciam como escolas e universidades, a mídia, o marketing e a indústria cultural - com seus fortes apelos no sentido de gerar necessidades, reais ou não, alimentando expectativas de consumo, criando elos entre ser e ter, levando as pessoas a identificarem o consumo com maior bem estar ou felicidade;

## **DIRETRIZES PARA O PPCS**

- Identificação, valorização e explicitação das conexões entre as principais políticas, programas e planos nacionais afins, como: Agenda21 (Global e Brasileira); Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); Política Nacional de Recursos Hídricos; Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC); Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD); Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e sua versão atualizada; o Plano Brasil Maior; e no tocante à proteção de Biodiversidade, o Decreto No. 4.339/2002, que instituiu os princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade. Também são consideradas outras normas que regem práticas rumo à sustentabilidade na gestão pública, como a Instrução Normativa no. 1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) sobre compras públicas sustentáveis e, mais recentemente, o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 1752/2011;
- Identificação de ações existentes em todo o Brasil, que por suas características possam vir a compor e enriquecer o PPCS, aproveitando para evidenciar os principais fatores que as tornam exitosas;
- Identificação de sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas no âmbito nacional e aquelas existentes no Processo de Marrakesh, de modo a contribuir com o processo internacional e com a sustentabilidade no plano global;
- **Envolvimento amplo da sociedade brasileira** no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor e seus grupos de trabalho, quanto por meio de outras organizações e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- Observância da variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais dentro do próprio País, bem como de interesses quanto ao engajamento na temática do PCS, de modo a ser mais eficaz e o mais abrangente possível, na cobertura de seus programas, projetos e ações;
- Levar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções da Biodiversidade e do Clima, bem como as demais que afetem direta ou indiretamente as prioridades eleitas pelo Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis.



O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis foi estruturado para potencializar e dar escala a ações já existentes (como projetos demonstrativos ou ações pontuais), além de fomentar outras em vias de serem implementadas, indicando novas ações estratégicas no eixo de cada prioridade apontada.

A ideia de que haverá outros ciclos futuros de implementação, permite a flexibilidade necessária para uma agenda de trabalho cujo principal desafio é disseminar o conceito de produção mais limpa e de consumo sustentável, hoje ainda restrito a um número pequeno de empresas e de consumidores.

O *primeiro pilar* da estratégia, portanto, é o estabelecimento de ciclos curtos de implementação e de revisão, a cada quatro anos.

O *segundo pilar* da estratégia é vertebrar ações existentes que já vêm sendo implementadas por vários órgãos da administração pública como também do setor privado, além de organizações não governamentais. **Fora do contexto de um Plano como este, tais ações aparecem como descoladas** das estratégias principais das instituições ou como apêndices de componentes de fomento ao desenvolvimento sustentável. Um listado destas ações recentemente levantadas pela equipe técnica do MMA mostra que as mesmas possuem características que as qualificam a integrar o Plano de Ação. Assim, o PPCS busca organizar e valorizar essas ações, bem como aumentar o seu número e qualidade.

O *terceiro pilar* da estratégia está em reconhecer o grande e exitoso esforço do setor privado na melhoria das suas operações, no fornecimento de produtos mais sustentáveis, e em iniciativas predominantemente voluntárias e sem a inversão de recursos governamentais, em práticas que guardam total afinidade com o Plano de Ação. O PPCS tem na sua estratégia de implementação, a ambição de atrair para o seu âmbito uma série de iniciativas voluntárias do setor produtivo.

O *quarto pilar* da estratégia é reconhecer o princípio da exemplaridade e promover ações em que o Estado, por meio de suas agências de governo e da sua massa de servidores, se engaje em práticas mais sustentáveis, consolidando no País uma base normativa sólida sobre a adoção da agenda socioambiental na gestão e na realização de compras governamentais com critérios socioambientais definidos.

O *quinto pilar* da estratégia é o reconhecimento de que a ênfase do Plano deve ser em consumo sustentável neste primeiro ciclo. Por duas razões simples: primeiro, porque se a responsabilidade sobre “limpar” ou “descarbonizar” a produção recai sobre as empresas e em parte sobre o Governo, a responsabilidade de como promover novos padrões de consumo não recai sobre nenhum ente em particular. O sucesso de várias ações e políticas formuladas atualmente no âmbito da PNMC e da PNRS depende cada vez mais de cidadãos receptivos às novas práticas de consumo.

O *sexto e último pilar* da estratégia está em buscar sinergias diretas e verificáveis com as principais políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, como a PNMC e a PNRS, **elegendo prioridades que estão sob a governabilidade do Ministério do Meio Ambiente e de seus parceiros estratégicos.**

## Mecanismos de implementação

**Ações Governamentais** : Iniciativas conduzidas sob a liderança e a coordenação técnica dos Ministérios do Governo Federal e de outros entes públicos, como agências e autarquias, empreendidas com recursos públicos do orçamento da União ou dos Estados e Municípios, ou de empresas ou bancos estatais - e que representem uma contribuição direta às prioridades do PPCS.

**Ações de Parceria**: iniciativas conjuntas entre o setor público e o setor privado e/ou sociedade civil organizada, com recursos mistos, sob coordenação ou monitoramento conjuntos. Embora guardem certa autonomia de execução ou desempenho em relação ao Governo, de modo a fazer parte do PPCS oficialmente, estas ações devem contar com mecanismos de monitoramento público – como relatórios anuais e outros cabíveis, de acordo com a característica da iniciativa.

**Iniciativas Voluntárias**: Iniciativas empreendidas sem aporte de recursos governamentais, pelo setor privado, ou por organizações da sociedade civil, em execução ou previstas para o período do Plano, planejadas como contribuição direta para se atingir prioridades do PPCS. Podem ser ações de empresas desenvolvidas individualmente, em grupo ou setor.

**Pactos Setoriais**: pactos efetuados entre associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo e o Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes. Os pactos visam promover a produção, o uso e o consumo sustentável e o descarte correto de produtos ou serviços específicos – claramente significativos na redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental já detectado. São compromissos construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como seus instrumentos de monitoramento. Nesses pactos ou acordos, o governo é necessariamente parte integrante e constitutiva, participando ativamente do monitoramento.

**Forças-Tarefa**: são esforços concentrados para as prioridades do Plano que ainda não possuem ações concretas em andamento, sem cronograma de desenvolvimento estabelecido, nem recursos ainda destinados. Seu objetivo é criar condições para que as prioridades já indicadas pelo Comitê Gestor possam se converter em ações concretas.

# **Mecanismos de implementação**

- **Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável - Portaria MMA 44/08**
- **Fórum Anual do PPCS**
- **Rede de Produção e Consumo Sustentáveis para a América Latina e Caribe – RedPyCS**
- **Rede Brasileira de Produção e Consumo Sustentáveis (Rede PPCS Brasil)**
- **Pesquisas e estudos**

## **• Acordo com o PNUMA**

O MMA e o PNUMA firmaram, em 2010, um acordo de cooperação técnica, para a implementação do projeto Produção e Consumo Sustentáveis, com o objetivo de *“promover no Brasil um forte e contínuo processo de disseminação de ações alinhadas com o conceito de Produção e Consumo Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais para abordar mudanças climáticas, redução da pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e recursos naturais”*.

## **• Diálogos Setoriais**

- **Portal PPCS [www.consumosustentavel.gov.br](http://www.consumosustentavel.gov.br)**



[Página Principal](#) [O Plano](#) [1º Ciclo](#) [Implementação](#) [Parceiros](#) [Fale Conosco](#) [Rotulagem Ambiental](#) [Pesquisa Cartilhas](#)

**Faça parte do Plano!**  
É importante ficar claro que a construção e a execução do PPCS são feitas em conjunto do governo com a sociedade civil e empresas. Buscando articular e valorizar ações já [...]

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
SEMPRE BEM E SEMPRE SEM CORRUPÇÃO

Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Meio Ambiente

- [Faça parte do Plano!](#)
- [Novidades](#)
- [Compras Públicas Sustentáveis](#)
- [Sacolas Plásticas](#)

## Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS – é o documento “vertebrador” das ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

O Plano articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País, em especial as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos e o plano Brasil Maior, auxiliando no alcance de suas metas por meio de práticas produtivas sustentáveis e da adesão do consumidor a este movimento.

O PPCS é um plano dinâmico, vivo, e que deve ser apropriado pela sociedade em geral. Sua implementação será progressiva, refletindo os avanços em outras políticas públicas e o amadurecimento da sociedade brasileira.

A Economia Verde, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), é o modelo que trará maior bem-estar e equidade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez de recursos naturais. O

### MENU DE APOIO

- [Artigos](#)
- [Glossário](#)
- [Legislação](#)
- [Publicações](#)
- [Workshop Internacional Compras Públicas Sustentáveis](#)

### PESQUISAR

# Evolução do PPCS

## PPCS 1º Ciclo: 2011-2014

17 temas, 6 prioridades:

- 1) Varejo e consumo sustentáveis
- 2) Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P
- 3) Educação para o consumo sustentável
- 4) Aumento da reciclagem de resíduos sólidos
- 5) Compras públicas sustentáveis;
- 6) Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável
- 7) Integração de políticas em PCS
- 8) Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS
- 9) Inovação e difusão de tecnologias em PCS
- 10) Desenvolvimento de indicadores em PCS
- 11) Divulgação e capacitação em PCS
- 12) Agricultura e pecuária sustentáveis
- 13) Fomento a produção e consumo sustentáveis
- 14) Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia
- 15) Rotulagem e análise do ciclo de vida
- 16) Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis
- 17) Estímulo à criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental

## PPCS 2º Ciclo – 2016-2020

10 Eixos Temáticos:

- 1) Compras Públicas Sustentáveis
- 2) Finanças Sustentáveis
- 3) Indústria Sustentável
- 4) Construção Sustentável
- 5) Varejo Sustentável
- 6) Agricultura Sustentável
- 7) Consumo Sustentável
- 8) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
- 9) Gestão de Resíduos Sólidos
- 10) Relatos de Sustentabilidade

*(85 “estratégias de ação”)*



**Compras Públicas Sustentáveis**



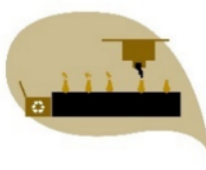
**Agricultura Sustentável**



**Finanças Sustentáveis**



**Consumo Sustentável**



**Indústria Sustentável**



**Programa Ambiental na Administração Pública – A3P**



**Construção Sustentável**



**Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem**



**Varejo Sustentável**



**Relatos Corporativos de Sustentabilidade**



Compras públicas sustentáveis são os procedimentos administrativos formais que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS tem o intuito de continuar fomentando dinâmicas e ações que mudem o atual paradigma de produção e consumo, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Governo Federal entendeu que não é suficiente definir normas de conduta responsável para o setor público e, por indução, para o setor privado, todavia, deve assumir uma **posição de liderança e, ao mesmo tempo, dar exemplo de gestão socioambiental mais eficiente, capaz de induzir grandes transformações em prol da sustentabilidade no setor produtivo.** Para isso é importante ampliar as compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública e incentivar as empresas a ampliarem, também, seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis.

- 1) Fortalecimento da **Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP**;
- 2) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia;
- 3) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis;
- 4) **Identificar/Criar critérios de sustentabilidade - Construção**, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos;
- 5) Estimulo à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte;
- 6) Sensibilização e capacitação contínua de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis sobre a importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas;
- 7) Apoio à implementação de um **sistema de informação para compras públicas sustentáveis.**





As instituições do setor financeiro são responsáveis pela gestão dos recursos que movimentam toda a economia e, como tal, têm potencial para contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável.

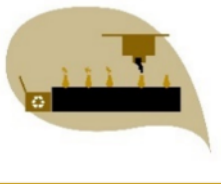
### **Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS**

Internalização da variável socioambiental nas atividades, tanto internas quanto externas, desenvolvidas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Empresas, governos e cidadãos podem alinhar a alocação de recursos ao conceito de sustentabilidade.

Criação de novos produtos, com características específicas ligadas à inclusão social ou à preservação ambiental; no aperfeiçoamento de processos existentes, como a inserção de variáveis socioambientais na avaliação de risco de crédito, na adoção de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento e seleção de fornecedores.

- 1) Implementação e melhoria contínua de **sistemas de responsabilidade/gestão socioambiental**;
- 2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de **avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais** ;
- 3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de **equipes qualificadas no sistema financeiro** para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
- ...
- 5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de **novos instrumentos econômicos que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo**;
- 6) Desenvolvimento dos **mercados de carbono e energia**, buscando a regulação desses mercados;
- 7) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de **fundos socialmente responsáveis**;
- 8) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de **programas de microcrédito**;
- 9) Estímulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o **desenvolvimento de tecnologias mais limpas**.
- 10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de **seguros ambientais**;
- 11) Definição de **critérios socioambientais para financiamentos** e repasses de recursos públicos para projetos e obras;
- 12) Estímulo à adoção de normas da ABNT NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão requisitos.



## Indústria Sustentável

Um conceito atual para a indústria moderna é aquele onde se desenvolve **processos de produção de circuito fechado**, com os **resíduos se tornando insumos para novos processos** além do **uso mais efetivo de recursos internos**, ou agrupamento com outros processos industriais. Estuda-se o redesenho de processos de fabricação e relações comerciais para usar menos energia, gerar menos resíduos e substituir catalisadores e enzimas não poluentes em vez de usar processos químicos mais tradicionais, reconhecendo que existe um fluxo constante de energia e reciclagem de matéria.

Assim, economias bem-sucedidas no processo de industrialização são aquelas que atingem um estágio de desenvolvimento industrial em que são capazes de desenvolver e absorver novas tecnologias e disseminar as mudanças tecnológicas para todo o resto da economia, como por exemplo, o fluxo de materiais por meio de design de produto, logística reversa, inovação do modelo de negócios e colaboração Intersectorial.

## Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

**Integração entre a política nacional de desenvolvimento sustentável e a política industrial**, voltada para a racionalidade no uso dos recursos naturais e inovação nos processos de produção. Compatibilizar a política industrial com as políticas macroeconômicas.

Conceitos relevantes, tais como, o da produção mais limpa (P+L), ecoeficiência, perspectiva do ciclo de vida, sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos (*Green Supply Chain*) e logística reversa, passem a ser considerados como elementos fundamentais para a elaboração e execução dos planos de sustentabilidade da indústria

- 1) Otimização do consumo de matérias-primas;
- 2) Otimização do consumo de energia;
- 3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Plano Indústria;
- 4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais;
- 5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
- 6) Melhoria dos atributos ambientais dos produtos;
- 7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular;
- 8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais



## Construção Sustentável

O conceito de Construção Sustentável refere-se ao desempenho de sustentabilidade das construções ao longo de todo o seu ciclo de vida. Por meio desse conceito se busca otimizar o desempenho e reduzir os impactos negativos em relação ao uso de materiais, energia, água e terra, bem como a qualidade e conforto do ar interior e a geração de resíduos, águas residuais e emissões atmosféricas, incluindo gases de efeito estufa, partículas e outros poluentes.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Adoção de práticas que melhorem o desempenho socioambiental, desde o projeto até a construção efetiva, passando por  **criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes** ao ambiente e à saúde humana.

Redução do consumo de matérias-primas é uma prioridade. A promoção da  **industrialização da construção** permitirá reduzir as perdas e, em consequência, os impactos ambientais da construção, além da redução de resíduos.



- 1) Apoiar o desenvolvimento do **Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)** para garantia da qualidade dos produtos e serviços da construção civil;
- 2) Contribuir ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e do Procel Edifica;
- 3) Ampliação dos **critérios de sustentabilidade** nas habitações de interesse social;
- 4) proposição de uma estratégia nacional de disseminação da tecnologia BIM (Modelagem de Informações da Construção);
- 5) Elaborar estudos, manuais e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações;
- 6) Acompanhar o desenvolvimento da indústria de **reciclagem de resíduos da construção civil** e a normatização dos produtos reciclados;
- 7) Incentivar o uso, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica, e energia eólica e outras formas de **energias renováveis**;

- 8) Incentivar o desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;
- 9) Fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do **Plano Diretor de Mobilidade Urbana**, tendo em vista a implementação de **Lei nº 12.587/2012**, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;
- 10) Apoiar o aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;
- 11) Apoiar o desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;
- 12) Promoção de iniciativas visando ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada;
- 13) Fomentar a criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar, biogás e eólica.
- 14) Disseminar as diretrizes de certificação para construções;
- 15) Esplanada Sustentável



## Varejo Sustentável

Englobando todas as atividades envolvidas na comercialização de bens ou serviços diretamente aos consumidores finais, **o varejo está estrategicamente localizado** entre estes e os fornecedores, o que lhe confere um papel de fundamental importância como intermediador na cadeia de suprimentos.

Por ser um importante elo de ligação, **o varejo tem capacidade de promover mudanças em prol da sustentabilidade**. O varejo pode impulsionar a sustentabilidade ao adotar critérios de compra que superem o tradicional binômio preço-qualidade, incentivando seus fornecedores a desenvolver produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais.

Pelo lado da demanda, **o varejo tem a possibilidade de auxiliar os consumidores a utilizarem critérios socioambientais em suas decisões de compra**, tanto disponibilizando produtos mais sustentáveis como fornecendo informações no ponto de venda.

## Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Posicionar o **varejo como centro de disseminação** de valores sustentáveis para a comunidade em que está localizado.

A comunicação transparente do varejo e da indústria com os consumidores precisa ser a base desse processo.

As cadeias de valor do varejo e da indústria abordem, de forma sistemática e estratégica, as questões sociais, sobretudo aquelas que dizem respeito às condições de trabalho.

estender as práticas sustentáveis por toda a cadeia de valor desse setor, aumentando a **responsabilidade de todos os agentes envolvidos** sobre as questões sociais e ambientais.

- 1) Combate às **perdas e ao desperdício de alimentos**;
- 2) Adequação para **embalagens mais sustentáveis**; Diminuição das embalagens em excesso nos produtos;
- 3) Estímulo à oferta de **produtos certificados** e com selos com critérios de sustentabilidade e de origem dos produtos;
- 4) Apoio a **produtores e fornecedores locais**;
- 5) Investimento em **comunicação e mobilização**, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade;
- 6) Implementação de programas de gestão dos resíduos;
- 7) Ampliação do número de **lojas ecoeficientes**.



## Agricultura Sustentável

O conceito de agricultura sustentável remete à garantia de que os requisitos nutricionais básicos das gerações presentes e futuras sejam atendidos, ao mesmo tempo em que oferecem uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais. Aumenta a capacidade produtiva dos recursos naturais e renováveis e sua capacidade regenerativa, mantendo o funcionamento dos ciclos ecológicos básicos.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Que a **Agricultura Sustentável se torne estratégica no sentido de modificar os padrões de produção e consumo** no País.

Substituição da "revolução verde" por uma opção de intensificação verdadeiramente sustentável.

Mudança da monocultura convencional rumo a um mosaico, com **sistemas regenerativos, resilientes e integrados** que melhorariam consideravelmente a produtividade dos agricultores.

Um **agricultor** não é apenas um produtor de bens agrícolas, mas **um gestor de um sistema agroecológico**, que fornece um grande número de bens públicos e serviços.

- 1) Combate ao **desperdício e às perdas de alimentos**;
- 2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
- 3) Estímulo à **certificação** e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos;
- 4) Apoio a **produtores e fornecedores locais**, especialmente aqueles em **transição agroecológica ou produção orgânica**;
- 5) Fortalecimento da **comunicação e sensibilização**;
- 6) **Crédito e Financiamento** especialmente aqueles específicos e apropriados para a **produção agroecológica**;
- 7) Fortalecimento e ampliação da **Assistência Técnica e Extensão Rural** para uma agricultura sustentável;
- 8) Programas de **Pesquisa e Desenvolvimento** para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia;
- 9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de **entregas a granel com a redução do uso de embalagens**.



## Consumo Sustentável

O Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Garantir a equidade do consumo respeitando os limites ambientais e sua capacidade de suporte. A redução das desigualdades é um dos maiores desafios que se coloca aos atuais padrões de consumo.

- Uso racional da água;
- Alimentação e nutrição;
- Mobilidade e transporte; e
- Bens: sobretudo os bens para manutenção da habitação; vestuário e calçados; aparelhos e equipamentos; e telefone.

- 1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade;
- 2) **Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo;**
- 3) Ampliação do **acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis** para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, **derrubar as barreiras** para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento;
- 4) **Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras**, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas;
- 5) **Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica**, e combate ao consumismo infantil para **encorajar a adoção de padrões de consumo para o desenvolvimento sustentável.**



A A3P é uma agenda pioneira e um marco indutor das ações de sustentabilidade nos órgãos públicos. Trata de sustentabilidade, ou seja, envolve reduzir desperdícios, economizar recursos públicos, proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida no trabalho.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O A3P tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente junto aos municípios, portanto, no escopo do segundo ciclo do PPCS, é fundamental a **expansão do programa**, com a busca de novos arranjos de governança para implementação do Programa, envolvendo parcerias com órgãos estaduais, consórcios de municípios e redes de sustentabilidade e a criação de estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País.

Espera-se também que se consolidem a **agenda de capacitação** e as **linhas de financiamento** para projetos de sustentabilidade ligados aos 6 eixos temáticos da A3P e que seja criada a certificação para os participantes do programa.

- 1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País;
- 2) Articulação do Programa com o MPOG, **com a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas**, e a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança;
- 3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P;
- 4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação
- 5) Chegar ao padrão “lixo zero” no MMA, com a destinação de todos os resíduos produzidos para reciclagem, evitando o aterro sanitário;
- 6) Implantação do **sistema de monitoramento online** da A3P (Ressoa) e do **Banco de Boas Práticas**, com a publicação de **relatórios regulares** de impactos do Programa;
- 7) Manutenção Promoção dos **Fóruns/prêmios A3P** anuais;
- 8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P.





## Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, tem como um de seus princípios a abordagem sistêmica na gestão dos resíduos sólidos. Esse princípio responde face à natureza multidimensional da gestão dos resíduos, introduzindo o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, o qual designa o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A reciclagem pressupõe a implantação de um sistema de coleta seletiva mediante prévia segregação dos resíduos na fonte geradora e acondicionamento adequado.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Estabelecimento de **novas experiência de indução em vários setores da economia** com adoção de práticas que melhorem o desempenho socioambiental e com uma abordagem sistêmica na gestão dos resíduos.

- 1) Planejamento e Gestão para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos -PNRS, em todos as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos;
- 2) **Coleta Seletiva dos resíduos**, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos; Fechamento dos lixões e implementação da coleta seletiva - disposição adequada dos resíduos. Implementação de sistemas de compostagem;
- 3) Engajamento para a implementação da política nacional de resíduos sólidos em todas as áreas da sociedade;
- 4) Promover a **efetiva implementação da logística reversa**.



A inclusão sistemática das Questões ambientais, Sociais e de Governança (ESG, em inglês) nos processos de tomada de decisão das organizações e em suas estratégias de produção e mercado tem se tornado uma realidade no mundo. Nos últimos anos, esse panorama também começou a mudar no Brasil, sendo possível identificar avanços na base produtiva brasileira, de forma dispersa, mas consistente, acompanhado de um crescente interesse das empresas em relatar esse esforço. Nesse contexto, os **Relatos Corporativos de Sustentabilidade passam a ser um instrumento cada vez mais importante** por incluírem uma abordagem ESG ao processo decisório das organizações, ajudando a melhorar o seu desempenho geral.

O processo de relato é importante, pois atende, pelo menos, a **três objetivos**: 1) comunicar e demonstrar o grau de compromisso de uma empresa com os aspectos socioambientais; 2) planejar atividades de forma integrada e melhorar a competitividade nos diversos mercados; e 3) fornecer subsídios para a tomada de decisão e a alocação eficiente de capital.

### Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

A consciência cada vez maior do papel social das empresas e a responsabilidade que decorre dos impactos de suas atividades tem levado a inclusão sistemática das questões ambientais, sociais e de governança às organizações. Assim, para o 2º ciclo do PPCS, espera-se que sejam incorporados **fatores como segurança energética, alimentar, hídrica e climática, no escopo de ação das empresas** para que seja possível pavimentar o caminho rumo à economia sustentável. Assim, será possível identificar os **parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários** com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho, em relação a esses compromissos, seja os Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

Outro ponto importante é o estabelecimento de processos de diálogos com os diversos setores para ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma **Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade** e a discussão sobre os parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais.



## Relatos Corporativos de Sustentabilidade

- 1) Criação de condições para que **empresas públicas** que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios **divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade** na modalidade Relate ou Explique;
- 2) **Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, como critério para participação em compras públicas sustentáveis**, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões;
- 3) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
- 4) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas;

- 5) Criação de **plataforma digital**, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas;
- 6) Aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular;
- 7) Adoção de medidas de **estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME)** na cadeia de valor das empresas públicas e privadas;
- 8) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão;
- 9) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.

# PPCS: Visão de futuro (do Pablo)

Em 2030 todos os setores estão comprometidos com a adoção de parâmetros sustentáveis e responsáveis de produção e consumo, que se traduzem em:

- Grandes, pequenas e médias empresas promovem a melhoria do ecossistema sociobiológico ao seu redor: desenvolvem ações socioambientais no seu entorno e na sua região de influência, cuidam da água e da biodiversidade local.
- Governos proporcionam infraestruturas públicas com foco na sustentabilidade: desde a qualificação de espaços públicos como escolas, postos de saúde e demais prédios públicos, quanto oferece e apoia espaços coletivos como hortas comunitárias integradas a outros equipamentos como praças e feiras, e intervenções socioculturais focadas na saúde, no aprendizado, na socialização e divisão dos benefícios advindos destes espaços compartilhados.

# PPCS: Visão de futuro (do Pablo)

- O mercado oferece uma série de facilidades - patrocínio, descontos, isenções, compras subsidiadas, linhas de crédito diferenciadas - para micro e mega iniciativas ou empreendimentos como hortas urbanas, biodigestores, placas solares e fotovoltaicas, arborização, instalação de pomares, usinas de reciclagem, práticas agroecológicas e permaculturais.
- Tecnologias de escalabilidade são desenvolvidas, desde a produção até o transporte de alimentos e outros produtos, com foco no reaproveitamento/reciclagem, permitindo desde o indivíduo até as grandes corporações ofertarem seus produtos e serviços ao governo e à população, dentro de suas capacidades, privilegiando o pequeno e o médio empreendimento.
- “Quem sabe, ensina, e transforma sonhos em realidade”: escolas públicas, técnicas, todo o sistema S promovem o empreendedorismo, a qualificação técnica e o encaminhamento ao mercado consumidor de negócios “modernos”, socialmente responsáveis, focados no atendimento das necessidades da população no que diz respeito à adoção de um estilo de vida sustentável.

# PPCS x 10YFP x ODS 12

## PPCS 2º Ciclo

- 1) Compras Públicas Sustentáveis;
- 2) Finanças Sustentáveis;
- 3) Indústria Sustentável;
- 4) Construção Sustentável;
- 5) Varejo Sustentável;
- 6) Agricultura Sustentável;
- 7) Consumo Sustentável;
- 8) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- 9) Gestão de Resíduos Sólidos;
- 10) Relatos de Sustentabilidade.

## 10YFP

- 1) Compras Públicas Sustentáveis (CPS)
- 2) Informação ao Consumidor (IC)
- 3) Turismo Sustentável (TS)
- 4) Estilos de Vida Sustentáveis e Educação (EVSE)
- 5) Edificações e Construções sustentáveis (ECS)
- 6) Sistemas Sustentáveis de Alimentação (SSA)

## ODS 12. Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o **Plano Decenal** de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis.

12.2 **Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.**

12.3 **Reduzir pela metade o desperdício de alimentos.**

12.4 Até 2020, alcançar o **manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos** e de todos os resíduos.

12.5 Reduzir substancialmente a **geração de resíduos.**

12.6 Incentivar as empresas a **adotar práticas sustentáveis** e a **integrar informações de sustentabilidade** em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de **compras públicas sustentáveis.**

12.8 Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham **informação relevante e conscientização** sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas **capacidades científicas e tecnológicas** em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o **turismo sustentável.**

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis.

# Estratégia

- PPCS 2030 alinhado com ODS 12:
  - Melhor monitoramento;
  - Sinergia com iniciativas ODS.
- Definição de estratégias de curto, médio e longo prazos.
- Ciclos PPCS alinhados com PPA:
  - PCS como política pública;
  - Melhor articulação política da agenda PCS.

## PPCS 2030

2018-2019  
Organização  
e articulação

2020-2023  
1º Ciclo  
curto

2024-2027  
2º Ciclo  
curto

2028 – 2031  
3º Ciclo  
Curto

# Alinhamento PPCS & ODS 12 (um exercício)

12.1 **Implementar o Plano Decenal** de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis.

\* Implementação do PPCS 2030 + 1.7) Integração de políticas em PCS + 1.8) Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS + 1.10) Desenvolvimento de indicadores em PCS

12.2 **Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.**

2.3) Indústria Sustentável + 2.4) Construção Sustentável + 1.15) Rotulagem e análise do ciclo de vida

2.5) Varejo Sustentável + 2.7) Consumo Sustentável

2.6) Agricultura Sustentável + (e Pecuária – 1.12)

2.8) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

2.2) Finanças Sustentáveis + 1.13) Fomento a produção e consumo sustentáveis

1.17) Estímulo à criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental

12.3 **Reduzir pela metade o desperdício de alimentos.**

12.4 Até 2020, alcançar o **manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos** e de todos os resíduos.

12.5 Reduzir substancialmente a **geração de resíduos.**

2.9) Gestão de Resíduos Sólidos;

12.6 Incentivar as empresas a **adotar práticas sustentáveis** e a **integrar informações de sustentabilidade** em seu ciclo de relatórios.

2.10) Relatos de Sustentabilidade.

12.7 Promover práticas de **compras públicas sustentáveis.**

2.1) Compras Públicas Sustentáveis;

12.8 Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham **informação relevante e conscientização** sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

1.3) Educação para o consumo sustentável + 1.11) Divulgação e capacitação em PCS

12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas **capacidades científicas e tecnológicas** em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

1. 9) Inovação e difusão de tecnologias em PCS

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o **turismo sustentável.**

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis.

1.14) Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia

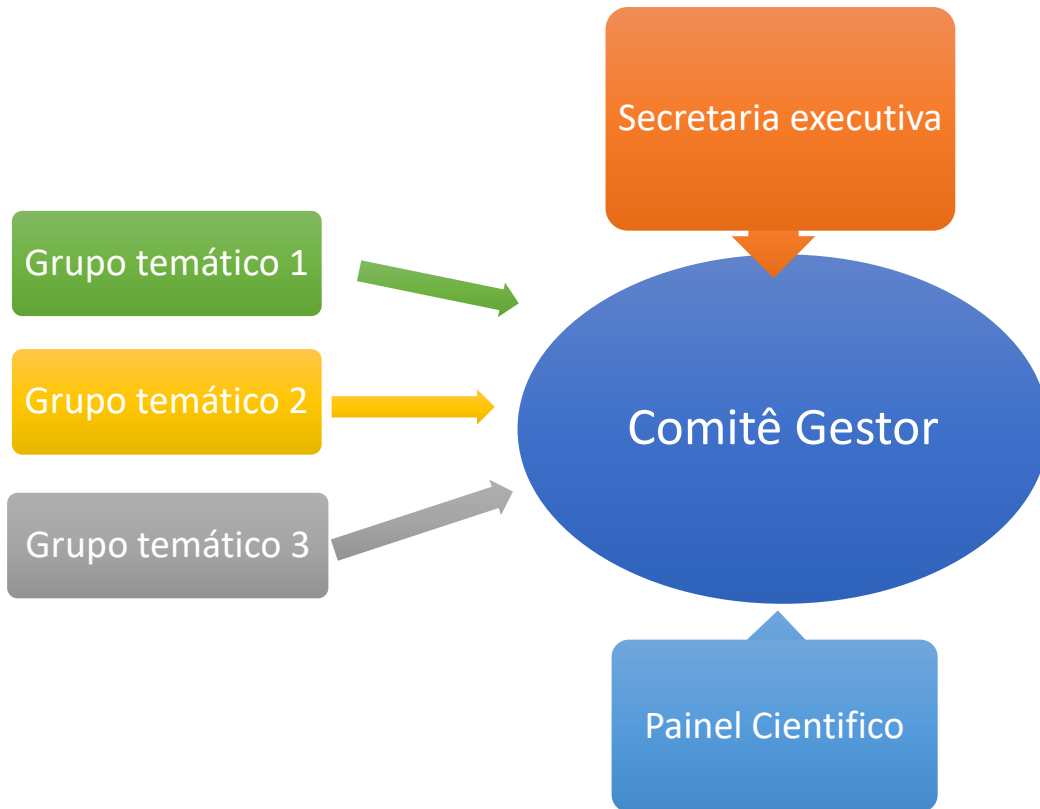
1.16) Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis



## ***Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis*** - Portaria MMA nº 437/2014

1. Ministério do Meio Ambiente;
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação;
4. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
5. Ministério de Minas e Energia;
6. Ministério das Cidades;
7. Ministério da Fazenda;
8. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
9. Ministério do Desenvolvimento Agrário;
10. Ministérios dos Transportes;
11. Banco Central do Brasil;
12. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
13. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
14. Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil;
15. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável;
16. Confederação Nacional da Indústria;
17. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
18. Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa;
19. Central Sindical envolvida em atividade de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável;
20. Fundação Getúlio Vargas;
21. Instituto Akatu;
22. Confederação Nacional do Comércio;
23. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;
24. Compromisso Empresarial para Reciclagem;
25. Associação Brasileira de Ciclo de Vida;
26. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

# PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DO COMITÊ



- 1) **Compras Públicas Sustentáveis** → CISAP (M Planejamento);
- 2) **Finanças Sustentáveis;**
- 3) **Indústria Sustentável** → Fórum PCS (ACT CNI+MDIC+MMA);
- 4) **Construção Sustentável** → CTECH (M cidades);
- 5) **Varejo Sustentável;**
- 6) **Agricultura Sustentável;**  
    Perdas e Desperdício de Alimentos → CAISAN (MDS);
- 7) **Consumo Sustentável;**
- 8) **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**  
    → Coordenação + Rede A3P (MMA);
- 9) **Gestão de Resíduos Sólidos;**
- 10) **Relatos de Sustentabilidade**  
    → Projeto *Fortalecimento de Capacidades para Gerenciar Informações de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa em Países da América Latina;*

# Gracias!

## PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



**Pablo de Avila Saldo** - Analista Ambiental - Ministério do Meio Ambiente - ☎ 61  
2028 1976/1971

Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis - **DPCS/SAIC/MMA**  
pablo.saldo@mma.gov.br – **dpcs@mma.gov.br**

*“O custo do cuidado é sempre menor que o custo do reparo”*